

# política



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Dívidas rurais



Os senadores gaúchos entraram em campo para selar acordo para emissão de medida provisória (MP) que garante desconto, remissão e prorrogação de dívidas rurais. Foi uma negociação com o governo federal para garantir a publicação da medida provisória em favor dos produtores rurais afetados pelas enchentes, na quarta-feira.

### Desconto e prorrogação de pagamento

O senador Ireneu Orth (PP, ao centro na foto) disse ao **Repórter Brasília** que “o texto inicial amplia o perdão da dívida, assegura desconto e prorroga pagamento - com regras diferenciadas por categoria. Ficou acordado que a norma será publicada até o final deste mês”.

### Pequenos produtores

Na base do acordo está a remissão para pequenos produtores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e rebate de no mínimo 30% do custeio para as demais categorias. A medida contemplaria um teto ainda não definido.

### Margem para negociação

Ireneu Orth celebrou o acordo. “De um lado tínhamos um PL (projeto de lei) que poderia sofrer um veto, do outro a garantia de uma MP com vigência imediata. O saldo é positivo, e temos que considerar que há ainda margem para renegociar alguns termos durante a discussão da MP no Congresso. Não ficar esperando o dia 15 de agosto, quando a prorrogação cai por terra”, afirmou.

### Duas regras

No contexto das prorrogações há duas regras. Em caso de investimento, a ideia é remanejar os valores do saldo devedor para o final do contrato. Já quando o tema é custeio, há impasse. O governo defendeu quatro anos de prazo, e os senadores pediram 15 anos, com três de carência.

### Safras anteriores

O texto também incluirá a renegociação de safras anteriores com vencimento em 2024. A proposta é adiar o pagamento por mais um ano após o encerramento do contrato.

### Senadores gaúchos trabalhando juntos

Na mesa de negociação estavam também os senadores gaúchos Hamilton Mourão (Republicanos, à esq. na foto) e Paulo Paim (PT, à dir. na foto), além do líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), e técnicos vinculados à Casa Civil, Fazenda e Presidência da República.

### Em defesa de Haddad

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), saiu em defesa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que foi alvo de memes que foram espalhados até mesmo para o exterior. “O meme não muda a realidade do povo que vai fazer seu supermercado”.

### Mais coisas no carrinho

“As pesquisas mostram que a população hoje consegue comprar mais coisas, consegue colocar um iogurte no carrinho. O Brasil está comendo mais carne, está comprando mais produtos, ou seja, tem uma vida real na economia que não é meme”, apontou Padilha.

# Escritório do RS fez a

## Entrevista Especial

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

Elo de articulações entre o governo do Estado e a União, a secretaria do Escritório de Representação do Rio Grande do Sul em Brasília teve um papel fundamental para apresentar as demandas do RS nos momentos mais sensíveis vividos ao longo da catástrofe climática ocorrida entre abril e maio.

Em uma realidade de urgência, o escritório agiu como interlocutor do RS com o governo federal para exigir ações efetivas tanto no resgate de atingidos, quanto na proposição de medidas de reconstrução.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o secretário-executivo do Escritório de Representação do RS em Brasília, Henrique Pires, detalha a atuação da pasta nos períodos mais agudos da catástrofe e neste momento de recuperação pós-enchentes.

**Jornal do Comércio - Rio Grande do Sul passa por um momento extraordinário na sua história. Qual o papel do escritório nas articulações com o governo federal para a reconstrução do Estado?**

**Henrique Pires** - O escritório foi mais demandado do que normalmente é, a partir da impossibilidade que as pessoas tiveram de se deslocar do Rio Grande do Sul para Brasília e se deslocar de Brasília para o Rio Grande do Sul, em função da questão do aeroporto (Salgado Filho). As pessoas não dimensionam isso, mas nós tivemos, na véspera do fechamento do aeroporto, 182 voos chegando ou saindo do Salgado Filho. Hoje, nós estamos com uma média de 30 voos por semana em Canoas, e mais os do Interior. Então a gente está muito longe de ter a mobilidade que tinha. Naquele momento em que houve a situação catastrófica no Estado, as coisas continuaram acontecendo, e nós começamos a preencher um espaço que até então não preenchíamos por conta da impossibilidade das pessoas comparecerem em reuniões, entregarem documentos, articularem uma solidariedade nacional e internacional. Isso é uma coisa que se fez muito aqui (no escritório), fizemos muitos convites e reuniões com embaixadas. Então, o escritório,

que tinha uma função coadjuvante no cenário anterior à enchente, passou a ter protagonismo.

**JC - Com essa impossibilidade relacionada ao aeroporto, o escritório funcionou como mediador entre o Estado e as outras esferas?**

**Pires** - Sim. O Estado tem, aqui no escritório, um organismo pequeno de apoio para as ações do governador e dos secretários quando vêm a Brasília, e isso sempre foi assim. O escritório tem essa atribuição, essa retaguarda aqui em Brasília, até para coisas simples, como, por exemplo, quem não está acostumado a vir aqui para Brasília e compra uma passagem aérea ou faz uma hospedagem pela internet, às vezes não tem ideia da distância das coisas, e daqui a pouco uma coisa que aparentemente é barata, fazendo uma hospedagem num determinado lugar, daqui a pouco aqui tá a 40 quilômetros. O escritório também faz isso, resolve questões logísticas de pessoas do Estado que vêm para Brasília.

**JC - E com o aumento das demandas a partir das enchentes, como o escritório lidou?**

**Pires** - Se a gente soubesse que ia ter uma demanda tão grande, a gente tinha que ter reforçado. Mas a gente atuou com a nossa equipe aqui e evidentemente que passamos a ter uma presença maior em outros lugares. Por exemplo, a audiência do Senado, que não pôde vir ninguém para participar, a gente participou. Isso nos obrigou, de uma maneira geral, a estudar muitos temas de outras secretarias que a gente não estava acostumado a estudar, porque a gente só dava suporte. A equipe aqui é qualificada e muito pequena. Considerando todo mundo, são 12 pessoas trabalhando em Brasília. Na verdade, só houve um acréscimo de demanda.

**JC - Na questão da reconstrução do Estado, quais as prioridades que o governo do RS indicou?**

**Pires** - No primeiro momento, a articulação com a Defesa Civil, com o ministro (da Integração e do Desenvolvimento Regional) Waldez Góes, que foi fundamental, atuou muito nisso. Num segundo momento, tivemos o contato com o governo federal. No início, na primeira semana (das enchentes), as pessoas não estavam percebendo a dimensão do dano no Rio Grande do Sul. Como tinha tido aquela enchente em setembro, aquele vendaval, as pessoas achavam que era uma repetição daquele quadro, e na verdade foi muito mais forte. E aí o que se priorizou, até por determinação do governador Eduardo Leite: “vamos salvar as pessoas, vamos tratar de organizar a Defesa Civil, vamos tratar de organizar o que precisa ser feito para salvar as pessoas e, ao mesmo tempo, dotar essas pessoas de equipamentos para que elas possam ter uma qualidade de vida aceitável nesse período”. Porque, na verdade, começou a ter pessoas sendo recolhidas para abrigos em lugares que nunca tinha acontecido isso. Aqui, tivemos uma articulação muito boa no início com a Força Aérea Brasileira. A FAB em Brasília centralizou a arrecadação de gêneros alimentícios e de roupas de todo o Centro-Oeste e do Norte do Brasil. Tudo veio para cá e foi para a base aérea de Brasília, onde nós chegamos a ter 500 toneladas em estoque esperando para ir para o Rio Grande do Sul. Na medida que as pessoas começaram a perceber a extensão da tragédia, houve uma rede de solidariedade que nunca tinha se visto no País. Então nós tivemos fila aqui no escritório de pessoas dos mais diversos lugares trazendo doações para encaminhar para o RS. Os funcionários do



“O escritório, que tinha uma função coadjuvante no cenário anterior à enchente, passou a ter protagonismo”